



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

POLICIAL MILITAR: IDENTIDADE, FUNÇÃO E RESPONSABILIDADES

MILITARY POLICE: IDENTITY, ROLE AND RESPONSIBILITIES

POLICÍA MILITAR: IDENTIDAD, FUNCIÓN Y RESPONSABILIDADES

Luiz Ricardo Alves Ferreira Batista¹

e514795

<https://doi.org/10.47820/recima21.v5i1.4795>

PUBLICADO: 01/2024

RESUMO

Este estudo tece considerações sobre o profissional de segurança pública, com ênfase em algumas problemáticas relacionadas especialmente ao(à) policial militar, atenta-se também à visão dos órgãos e legislação nacionais que regulamentam tal atividade. Para tanto, optou-se por procedimentos metodológicos bibliográficos e documentais que amparem as discussões pretendidas, que a saber englobam a função, a identidade, os direitos e deveres do(da) policial militar enquanto agente de segurança pública, de acordo com órgãos responsáveis pela segurança pública nacional. Assim, espera-se que, além de corroborar com a produção sobre a temática, essa pesquisa possa elucidar à comunidade em geral que a Polícia Militar, enquanto instituição, tem por dever zelar da segurança pública e, por isso, o(a) policial precisa cumprir seus deveres e ter seus direitos resguardados.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança Pública. Policial Militar. Identidade Militar.

ABSTRACT

This study discusses considerations about the public security professional, with an emphasis on some issues related specifically to the military police. It also focuses on the perspective of national agencies and legislation that regulate such activity. For this purpose, bibliographic and documentary methodological procedures were chosen to support the intended discussions, encompassing the role, identity, rights, and duties of the military police as a public security agent, according to entities responsible for national public security. Thus, it is hoped that, in addition to corroborating the production on the subject, this research can elucidate for the community in general that the Military Police, as an institution, has to ensure public safety and, therefore, the police officer needs to fulfill their duties and have their rights protected.

KEYWORDS: Public Security. Military Police. Military Identity.

RESUMEN

Este estudio aborda consideraciones sobre el profesional de seguridad pública, con énfasis en algunas problemáticas relacionadas especialmente con el policía militar. También se presta atención a la visión de los organismos y legislación nacionales que regulan dicha actividad. Para ello, se optó por procedimientos metodológicos bibliográficos y documentales que respalden las discusiones pretendidas, que incluyen la función, la identidad, los derechos y deberes del policía militar como agente de seguridad pública, de acuerdo con los organismos responsables de la seguridad pública nacional. Así, se espera que, además de contribuir a la producción sobre el tema, esta investigación pueda esclarecer a la comunidad en general que la Policía Militar, como institución, tiene el deber de velar por la seguridad pública. Por lo tanto, el policía debe cumplir con sus deberes, con sus derechos protegidos.

PALABRAS CLAVE: Seguridad Pública. Policía Militar. Identidad Militar.

¹ Policial Militar do Estado do Paraná (PMPR). Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR, Campus Paranavaí); graduando em Direito pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR, Campus Paranavaí); pós-graduado em Segurança Pública, em Direito Militar e em Análise Criminal pela Faculdade Unina.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLICIAL MILITAR: IDENTIDADE, FUNÇÃO E RESPONSABILIDADES
Luiz Ricardo Alves Ferreira Batista

INTRODUÇÃO

A segurança pública é um elemento fundamental na preservação da ordem social, e os profissionais desse setor desempenham um papel crucial na salvaguarda do bem-estar da comunidade. No contexto brasileiro, os(as) policiais militares assumem uma posição central nesse cenário, enfrentando desafios complexos e variados em sua missão de zelar pela integridade e tranquilidade da população.

A Segurança Pública faz parte da estrutura da sociedade, assim como outras áreas como Educação, Saúde, as quais garantem às pessoas viverem com dignidade, exercendo a sua cidadania, na sociedade que pertencem. Nesse sentido, a segurança pública possui papel fundamental para o exercício da cidadania, resguardando o direito e os deveres do cidadão, para que convivam harmoniosamente em sociedade. A segurança pública está definida na Constituição Federal Brasileira, no seu art. 144, como sendo um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, assim, demonstrando que a segurança pública deve ser organizada pelo Estado, e que todos têm direito e responsabilidade sobre ela, ficando implícito o exercício de cidadania. A Polícia Militar pertence ao quadro de Instituições que integram a segurança pública, elencados no art. 144 da Constituição Federal, sendo responsável pelo policiamento preventivo ostensivo fardado, baseado nos princípios da hierarquia e disciplina, os quais, através dos seus regulamentos e estatutos, norteiam as atribuições e as ações da Polícia Militar (Silva; Ceschin, 2023, p. 2, grifo nosso).

Nessa perspectiva, à luz das legislações e estruturas institucionais que regulamentam a segurança pública no país, propõe-se uma análise sobre as problemáticas relacionadas ao(a) policial militar, contextualizando sua função, identidade, direitos e deveres.

A justificativa e a relevância deste estudo residem na necessidade premente de compreender, de maneira abrangente e contextualizada, o papel do(da) policial militar na sociedade contemporânea. A atuação desses profissionais não apenas impacta diretamente a segurança pública, mas também liga-se aos princípios éticos e legais que regem suas atividades.

Ao abordar tanto a função do(da) policial militar quanto sua identidade, seus direitos e deveres, esta pesquisa contribui para a ampliação do conhecimento sobre a temática, oferecendo subsídios para aprimoramentos na formação, na legislação e nas práticas profissionais. Desse modo, diante das crescentes demandas sociais e das complexas dinâmicas urbanas, emerge o seguinte problema de pesquisa: Como as funções exercidas pelos(as) policiais militares impactam a eficácia da segurança pública, e de que forma os direitos e deveres inerentes a esses agentes estão alinhados com as expectativas éticas e legais da sociedade contemporânea? Essa questão suscita a reflexão sobre a interação entre a função do(da) policial militar e as normativas que orientam sua atuação, considerando a preservação da ordem em conjunto com o respeito aos direitos individuais.

Para tanto, a pesquisa tem como objetivo geral analisar criticamente a atuação do(da) policial militar, compreendendo tanto a natureza de suas funções quanto os direitos e deveres que permeiam sua atividade profissional. Assim, os objetivos específicos são a) investigar e analisar a identidade e função desempenhada pelo(a) policial militar, destacando suas responsabilidades no contexto da



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLICIAL MILITAR: IDENTIDADE, FUNÇÃO E RESPONSABILIDADES
Luiz Ricardo Alves Ferreira Batista

segurança pública e b) examinar os direitos e deveres específicos que regem a atuação do(a) policial militar como agente de segurança pública, considerando as normativas legais e institucionais.

Essa investigação torna-se ainda mais relevante diante da crescente visibilidade da segurança pública no cenário brasileiro, que tem alimentado debates institucionais, políticos e populares. No entanto, a visibilidade muitas vezes distorcida desses profissionais pode gerar interpretações prejudiciais, contraproducentes para a promoção da segurança. Em vez de contribuir positivamente, essas distorções alimentam um sentimento de insegurança, insatisfação e impotência na sociedade. Portanto, compreender criticamente a atuação dos(as) policiais militares, conforme proposto nos objetivos da pesquisa, torna-se fundamental para abordar e corrigir tais distorções, promovendo uma visão mais equilibrada e informada sobre o papel desses agentes na segurança pública.

1 MÉTODO

A condução deste estudo adotou uma abordagem metodológica que integra pesquisa bibliográfica e qualitativa, definida como aquela “[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 1991, p. 44). A pesquisa bibliográfica permitiu um levantamento amplo e a revisão crítica da literatura existente, explorando tanto as perspectivas teóricas quanto as evidências empíricas relacionadas ao tema. Durante essa etapa, foram realizados fichamentos detalhados para organizar as informações obtidas e orientar a estruturação textual.

A análise qualitativa, por sua vez, foi necessária para aprofundar a compreensão das nuances inerentes à função do(a) policial militar e aos direitos e deveres que conduzem sua atuação como agente de segurança pública. Por meio dessa abordagem foi possível não apenas identificar tendências e lacunas na literatura, mas também agregar *insights* fundamentais para a análise proposta nesse estudo.

Após a seleção e fichamento do referencial teórico que serviu-nos de corpus documental, seguiu-se a estruturação do texto organizando-o em dois momentos distintos: o primeiro concentra-se na análise da função e da identidade do(a) policial militar, enquanto o segundo dedica-se à exploração aprofundada dos direitos e deveres do agente de segurança pública, com enfoque especial no(a) policial militar. Essa estrutura visa proporcionar uma abordagem holística, buscando não apenas ampliar o conhecimento existente, mas também contribuir para a compreensão abrangente do papel do(a) policial militar na sociedade contemporânea.

2 ASPECTOS DA IDENTIDADE E DA FUNÇÃO DO(A) POLICIAL MILITAR: UMA BREVE ANÁLISE

Em um ambiente democrático, a segurança pública não deve ser vista como uma restrição à liberdade, ao contrário, ela deve ser percebida como um elemento fundamental para a preservação e garantia das liberdades individuais e coletivas, proporcionando um ambiente no qual as pessoas



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLICIAL MILITAR: IDENTIDADE, FUNÇÃO E RESPONSABILIDADES
Luiz Ricardo Alves Ferreira Batista

possam exercer suas atividades diárias sem temer ameaças à sua integridade física, propriedade ou direitos.

Numa sociedade em que se exerce democracia plena, a segurança pública garante a proteção dos direitos individuais e assegura o pleno exercício da cidadania. Neste sentido, a segurança não se contrapõe à liberdade e é condição para o seu exercício, fazendo parte de uma das inúmeras e complexas vias por onde trafega a qualidade de vida dos cidadãos (Santos, 2006, p. 01, grifo nosso).

Santos (2006) argumenta que, na verdade, a segurança é uma condição indispensável para o exercício pleno da liberdade. Ela é vista como uma das muitas e complexas vias que impactam a qualidade de vida dos cidadãos. Desse modo, ao relacionar essa ideia ao trabalho dos profissionais de segurança pública, observa-se que independente do Estado ou região brasileira em que o(a) policial militar esteja lotado(a), de acordo com o Artigo 144, § 5º e 6º da Constituição Federal (CF), “[...] Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil”, de modo que “As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios” (Brasil, 1988, Art. 144, § 5º e 6º).

Portanto, em todo o país a Polícia Militar (PM) desenvolve policiamento ostensivo e preventivo, zelando pela manutenção da ordem pública e, de acordo com o caput do Artigo 142 da CF, as polícias militares enquadram-se como agentes de segurança pública nacional, como “[...] instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” (Brasil, 1988, Art. 142).

O referido artigo também prevê nos parágrafos seguintes que “[...] Não caberá habeas corpus em relação a punições disciplinares militares” (Brasil, 1988, Art. 142, § 2º), aplicando aos(às) militares deveres como a proibição de sindicalização e greves, filiação partidária e outras prerrogativas inerentes à atividade militar. Além disso, o Artigo 144, § 6º, subordina as polícias militares aos governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Conforme exposto por Lazarini (1996), as atividades militares são amparadas pela CF, de modo que ações de improbidade, coerção, extorsão, corrupção, abuso de autoridade ou similares devem ser relatadas às Varas Cíveis ou Varas da Fazenda Pública, e conforme presumido no Artigo 37, § 6º, indenização pode ser pleiteada no âmbito moral e material. Nesse sentido:

Falar em polícia é aludir a um sistema, um modo de manter a ordem na sociedade. Falar em polícia é invocar a autoridade, a sua força e ostensividade, a sua capacidade coerciva para impor ao povo o respeito pela lei. Mas falar em polícia é, também, lembrar o salvamento, a ajuda nas horas de desgraça, o espírito solidário, o auxílio ao indefeso, o socorro ao necessitado, o amparo ou consolo ao indigente, o conforto ao aflito (Afonso, 2018, p. 215 *apud* Santos, 2023, p. 3, grifo nosso).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLICIAL MILITAR: IDENTIDADE, FUNÇÃO E RESPONSABILIDADES
Luiz Ricardo Alves Ferreira Batista

Logo, no exercício de suas funções, o(a) policial desempenha o chamado Poder de Polícia em prol ao bem comum, podendo inclusive “[...] condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades e direitos individuais em benefício da coletividade ou do próprio Estado” (Meirelles, 2002, p. 127).

A ligação entre o poder de polícia exercido pelo(a) policial enquanto agente de segurança pública e a transformação ontológica¹ imposta aos integrantes das polícias militares brasileiras revelam uma dualidade intrínseca.

Qualquer integrante das polícias militares brasileiras é submetido desde os primeiros momentos da preparação policial, à ideologia militar. A partir daí inicia-se o processo de transformação humana, em que, independentemente da formação familiar e social anterior, deverá tornar-se um “soldado”. Eis a transformação que leva esse ser humano aos mais diversos conflitos sociais e até mesmo existenciais que o predispõe a comportamentos truculentos, frios, e muitas vezes desumanos para o ponto de vista da sociedade civil, pois o “soldado” é um “Ser” preparado para a guerra, para o combate, para a pronta obediência (muitas vezes de forma irrefletida) – é um “Ser” preparado para cumprir missões, sem discutir. A vida social desses profissionais sofre, então, uma alteração verdadeiramente ontológica, pois o “si” anterior jamais será o mesmo, há um novo “si” (Burato, 2013, p. 5, grifo nosso).

Por um lado, ao empregar o poder de polícia, o(a) policial atua como um(a) agente do Estado, buscando equilibrar interesses individuais e coletivos em prol do bem comum. Esse poder, conforme ressalta Meirelles (2002), confere ao(à) policial a autoridade para condicionar e restringir direitos individuais em benefício da coletividade. No entanto, é preciso compreender que esse exercício de poder não ocorre em um vácuo social. A formação dos integrantes das polícias militares impõe uma metamorfose profunda, conforme destacado por Burato (2013), em que o indivíduo, apesar de sua formação prévia, é “moldado” para se tornar um “soldado”. Essa transformação ontológica implica em uma preparação para o combate, para a pronta obediência e desencadeia ações que muitas vezes são técnicas, interpretadas negativamente pela população.

De qualquer modo, a consequência dessa metamorfose é uma alteração significativa na vida social desses profissionais, que passam a enfrentar diversos conflitos, não apenas sociais, mas também existenciais. A prontidão para o cumprimento de missões sem questionamentos, inerente à formação militar, pode gerar comportamentos truculentos, frios e, por vezes, desumanos sob a ótica da sociedade civil (Silva; Paulo, 2022).

Portanto, ao considerar o poder de polícia como uma ferramenta em prol do bem comum, é fundamental também analisar as complexas ramificações da formação militar sobre a psique dos profissionais de segurança pública. Essa dualidade coloca em evidência a necessidade de uma reflexão crítica sobre os métodos de formação e o impacto dessas transformações ontológicas na atuação desses agentes e da promoção de uma abordagem mais equilibrada e humanizada no

¹ O termo “ontologia” está relacionado à filosofia e à teoria do ser, tratando das categorias fundamentais de existência e das relações entre diferentes tipos de seres. A transformação ontológica refere-se a uma mudança fundamental na natureza ou na essência de algo, especialmente em termos de sua existência e realidade, implica uma alteração profunda na natureza intrínseca de um objeto, conceito ou entidade. Esse tipo de transformação vai além de mudanças superficiais ou de aparência e atinge a própria essência ou natureza do que está sendo transformado.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLICIAL MILITAR: IDENTIDADE, FUNÇÃO E RESPONSABILIDADES
Luiz Ricardo Alves Ferreira Batista

contexto da segurança pública, conciliando a necessidade de ordem com o respeito aos direitos individuais e à dignidade humana.

A conexão entre o exercício do poder de polícia, a transformação ontológica dos(as) policiais militares e a historicidade das Polícias Militares no Brasil lança luz sobre as raízes profundas desse processo. A imposição de uma ideologia militar desde os primeiros momentos da preparação policial, como discutido anteriormente, não é apenas uma característica intrínseca, mas um fenômeno historicamente situado. Vejamos:

A historicidade das Polícias Militares não pode explicar o processo de transformação de seres-sociais em seres-policiais-militares, mas pode revelar o momento e as condições em que esse processo foi instituído. Foi por meio do Decreto-lei 667 que em 1969 o "linha dura" Costa e Silva, amparado pelo Ato Institucional nº 5, reorganizou as Polícias Militares brasileiras tornando-as auxiliares do Exército na "imprescindível" ação repressiva, visto que os Estados não possuíam forças adequadas a esta função, pelo menos não de forma eficiente – era o auge da ditadura, das perseguições e da barbárie de Estado (Burato, 2013, p. 1).

A análise da historicidade das Polícias Militares revela um marco significativo no processo de transformação desses profissionais. De acordo com Burato (2013), o Decreto-lei 667, promulgado em 1969 durante o regime militar, reconfigurou as Polícias Militares brasileiras, tornando-as auxiliares do Exército. Esse realinhamento institucional ocorreu no auge da Ditadura, marcado pelo endurecimento do regime com o Ato Institucional nº 5. O contexto histórico, permeado por perseguições e ações repressivas, fornece o cenário no qual a metamorfose dos seres-sociais em seres-policiais-militares foi intensificada.

A imposição de uma missão "imprescindível" de ação repressiva, justificada pela alegada falta de forças estaduais eficientes para tal função, indica não apenas uma mudança nas atribuições das Polícias Militares, mas também uma mudança na própria natureza dessas instituições. Esse período de barbárie de Estado, como descrito por Burato (2013), teve repercussões profundas na formação e no *ethos*² dos(as) policiais militares, alimentando a transformação ontológica que os caracteriza.

Assim, ao contextualizar a formação, a identidade e a função militar no âmbito das Polícias Militares, torna-se evidente que a histórica da reconfiguração institucional desempenhou um papel fundamental na moldagem dos profissionais de segurança pública. A análise dessa conexão histórica oferece *insights* críticos para compreender não apenas o presente papel das Polícias Militares, mas também para questionar as raízes e as implicações do exercício do poder de polícia em uma sociedade democrática. Compreensão que, aliás, é importante na promoção de discussões sobre reformas e abordagens mais humanizadas no campo da segurança pública contemporânea.

² Do grego, *Ethos* significa "caráter", "costume", "modo de ser". Descreve valores, crenças e atitudes que definem um indivíduo ou grupo. No contexto da segurança pública, pode ser entendido como o conjunto de valores e crenças que orientam a atuação profissional. Esses valores podem incluir o respeito à lei, à dignidade humana e à comunidade. A formação dos policiais militares é um fator importante na construção do *ethos*, posto que enfatiza valores como disciplina, hierarquia e obediência – o que influencia na maneira como os policiais militares percebem e interagem com a sociedade.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLICIAL MILITAR: IDENTIDADE, FUNÇÃO E RESPONSABILIDADES
Luiz Ricardo Alves Ferreira Batista

Portanto, ao compreender a historicidade das Polícias Militares, destacamos não apenas a evolução institucional ao longo do tempo, mas observamos também que essa análise histórica oferece uma base para entender não apenas o "como" desse processo, mas também o "quando" e o "porquê".

Nossa polícia, que evoluiu desde as formas mais rudimentares no Brasil Império, experimentando, ao longo de sua história, diversas concepções de polícia, alternando ou misturando caráter civil e caráter militar de acordo com determinadas épocas, teve sua bagagem boa ou má, acumulada em sua existência anterior à ditadura militar, absorvida e adequada à lógica dos ditadores, e seu caráter militar imperfeito foi aperfeiçoado ao padrão das Forças Armadas, especialmente na questão ideológica que fez do policial um autêntico militar, tanto em tempos de paz quanto de guerra, tanto no trabalho quanto no descanso, tanto diante do auxílio a uma parturiente quanto no confronto com delinquentes ou trabalhadores em manifestações populares – essa ideologia e lógica prevalecem e orientam a preparação policial militar até hoje (Burato, 2013, p. 1).

O autor destaca que essa ideologia militar, originada durante a Ditadura, continua a influenciar e orientar a preparação da PM até os dias atuais. Isso sugere uma continuidade histórica que vai além do período ditatorial, moldando a identidade e as práticas da PM ao longo do tempo. A esse pensamento soma-se a ideia de identidade como “[...] o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições” (Dubar, 1997, p. 136). Isso é, a identidade é um fenômeno complexo, caracterizado pela interação entre estabilidade e mudança, individualidade e coletividade, subjetividade e objetividade e, por isso, essa concepção destaca a natureza multifacetada e dinâmica da identidade militar, resultante dos processos de socialização que moldam os indivíduos e definem as instituições.

De fato, ao longo da história as forças armadas vem se aprimorando, se ajustando às leis e novos entendimentos, assumindo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE/R-4) e o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG/R-1) como parâmetros nacionais, porém em cada localidade há especificidades, cabendo tanto aos governantes locais quanto aos(as) comandantes policiais a sensibilidade para o atendimento diferenciado sempre que necessário, criando assim forças especiais para as demandas e instruindo seus subordinados. Além disso, é salutar observar que:

Dentro da estrutura Policial Militar existe a Corregedoria, a qual tem como objetivo a fiscalização, controle, correição e apuração de atos contrários os preceitos elencados nos regulamentos e normas instituídos. A Corregedoria possui papel fundamental no processo de correição, ou seja, na função de corrigir o que está errado, pois além de instruir os procedimentos e processos administrativos, dentro da Corporação, também age nas fiscalizações das Unidades Policiais Militares, através de correições extraordinárias. Os órgãos externos que realizam a fiscalização das polícias estão atrelados ao Ministério Público, o qual possui entre outras funções, a atribuição do controle externo das Polícias. De forma efetiva, nos Estados do Brasil estão instituídos os GAECO, Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, compostos pelas Instituições Ministério Público, Polícia Militar e Polícia Civil dos Estados, coordenados por um Promotor de Justiça, o qual desempenha também a



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLICIAL MILITAR: IDENTIDADE, FUNÇÃO E RESPONSABILIDADES
Luiz Ricardo Alves Ferreira Batista

fiscalização e apuração de crimes de desvio de conduta e corrupção realizados por policiais (Silva; Ceschin, 2023, p. 9).

Essa interconexão entre a Corregedoria interna da Polícia Militar e órgãos externos, como o Ministério Público e os Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) citada por Silva e Ceschin (2023) atua em prol da promoção da fiscalização, controle e correção das atividades policiais. Em outros termos, visa assegurar a integridade, conduta ética e eficiência no desempenho das funções dos(as) policiais militares, influenciando no desempenho de sua função e na formação de sua identidade. Desse modo, Poncioni (2003) sinaliza que a atividade policial é realizada por um grupo social específico, cujos membros compartilham um forte sentimento de pertencimento e identificação com sua função. Para a autora, esse grupo social de policiais partilha ideias, valores e crenças comuns que são fundamentadas em uma concepção compartilhada do que significa ser um(a) policial. Além disso, a polícia é considerada uma "profissão" não apenas pelos conhecimentos gerados internamente sobre o trabalho policial, mas também pelos meios utilizados por esse grupo para legitimar e validar a atividade policial como uma ocupação profissional.

Essa perspectiva ressalta a importância do aspecto coletivo na atividade policial, destacando que ser policial vai além de uma simples ocupação; é uma identidade compartilhada que envolve uma compreensão coletiva de normas, propósitos e valores específicos dessa profissão. A consideração da polícia como uma profissão é fundamentada não apenas nos conhecimentos técnicos acumulados pelos(as) policiais, mas também nos mecanismos usados por eles(as) para legitimar e reconhecer sua atividade como uma prática profissional formal e reconhecida pelo Estado (Poncioni, 2003).

Assim, a função desses profissionais é abrangente, envolvendo a manutenção da ordem, prevenção e combate ao crime, assistência em situações de emergência e constante interação com a comunidade, isso porque a interação positiva com a comunidade é também uma parte vital de suas responsabilidades e na construção da confiança e colaboração (Pinto, 2000).

A identidade do(a) policial militar é complexa, sendo moldada por vários fatores. O profissionalismo e a disciplina são valores fundamentais associados a essa identidade, refletindo um compromisso sério com o cumprimento eficaz de suas responsabilidades. Além disso, o compromisso com a segurança pública e a proteção da comunidade é um pilar essencial dessa identidade, permeando a conduta e a postura dos(as) policiais militares (Pinto, 2000).

Para além disso, a formação e treinamento recebidos também desempenham um papel significativo na construção dessa identidade militar, abrangendo não apenas aspectos técnicos, mas também éticos, ou seja, a formação de qualidade contribui para uma identidade profissional robusta e bem fundamentada. Adicionalmente, a adesão a uma cultura institucional específica, que inclui símbolos, tradições e normas compartilhadas, fortalece a identidade coletiva dos(as) policiais militares, criando um senso de pertencimento à instituição.

Por isso, em resumo, a função do(da) policial militar e sua identidade são entrelaçadas de maneira intrínseca. Enquanto a função abrange responsabilidades variadas na preservação da ordem



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLICIAL MILITAR: IDENTIDADE, FUNÇÃO E RESPONSABILIDADES
Luiz Ricardo Alves Ferreira Batista

e segurança pública, a identidade é construída por meio de valores como profissionalismo, compromisso com a comunidade e adesão a uma cultura institucional específica. Combinados, esses elementos moldam a maneira como os(as) policiais militares percebem a si mesmos(as), a corporação e a importância de sua missão na sociedade.

3 DIREITOS E DEVERES DO AGENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA: O(A) POLICIAL MILITAR

Após a reflexão acerca da identidade e da função policial militar, é importante direcionar nosso foco para uma esfera igualmente essencial: seus direitos e deveres enquanto agente de segurança pública. Nesta seção, delineamos os direitos conferidos ao(à) policial militar em sua missão de garantir a segurança pública, ao mesmo tempo em que examinamos os deveres que fundamentam sua conduta no exercício de sua função, de acordo com órgãos responsáveis pela segurança pública nacional.

Para tanto, foi necessário recorrer à memória histórica e retomarmos a Lei nº. 10 de 1831, que de acordo com Sampaio (1981, p. 52), por expedição do então Ministro da Justiça Padre Diogo Antônio Feijó, decretou a origem da Corporação que hoje conhecemos como PM, “[...] estendendo às províncias a instituição dos guardas permanentes, significa o monumento básico das polícias militares estaduais”. Com isso, firmou-se mais os “[...] preceitos de hierarquia e disciplina, com patentes e graduações semelhantes as existentes no Exército Nacional, excetuados os postos de oficiais gerais, que não existiam nestas corporações”. No entanto, somente em torno de 1946 é que o termo “Polícia Militar” foi mais divulgado, com o passar do tempo e após muitas transformações. Assim:

A partir da Constituição Federal de 1988, a Polícia Militar sofreu um grande impacto. A questão de Segurança Pública passa a fazer parte da Carta Magna do Estado, as missões da Polícia Militar estão premiadas neste documento, nas mesmas condições dos direitos e garantias individuais, da defesa do estado e das instituições democráticas, da ordem social. O processo de democratização da sociedade brasileira se acelera, as pessoas buscam seus direitos, os protestos públicos deixam de ser reprimidos, a polícia agora tem de defender o cidadão (krasinski, 2005, p. 58).

Ainda que a função de defender tenha sido atribuída à Polícia Militar, a responsabilidade em articular e assegurar isso é do Estado. Logo, de acordo com Vicente Ráo (1997), será por meio das instituições policiais e demais órgãos auxiliares, que o Estado se posicionará para em tese efetivar a CF. Na visão do Estado de Direito, aquele ou aquilo que estiver em atrito com o texto constitucional estará impedindo ou prejudicando a vida em sociedade, bem como o senso de coletividade e justiça, de modo que, de acordo com Sarlet (2012), a ausência do respeito pela vida, a violação da integridade física e moral, falta de limitação do poder, de liberdade e autonomia, negação de igualdade e dos direitos fundamentais impossibilitam a dignidade da pessoa humana, que será vítima ou objeto de arbítrio e injustiças sociais. Dessa forma, a todo brasileiro, entendido pelos princípios constitucionais como cidadão, se deve respeito e até mesmo o Estado deve zelar por isso, sob previsão de penalidade em caso de transgressão que fira tal fundamento.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLICIAL MILITAR: IDENTIDADE, FUNÇÃO E RESPONSABILIDADES
Luiz Ricardo Alves Ferreira Batista

Aproximando as noções de dignidade da pessoa humana com a temática desse estudo, percebe-se que a CF, mais precisamente no artigo 144, institui a segurança pública como direito e responsabilidade de todos, porém, dever do Estado. Isto é, nessa perspectiva, o Estado é o responsável pela preservação da ordem pública, o que engloba civis e patrimônios. Para que a segurança pública tenha qualidade e cumpra sua função social, sua base deve ser organizada, os órgãos que a regulamentam e fiscalizam devem ser bem estruturados e agir conforme a Constituição, visto que:

A obediência aos princípios constitucionais, a institucionalização da separação dos poderes e o uso proporcional da força pública põem limites, por si só, ao exercício de um poder absoluto, criando de forma indireta, mas necessariamente as condições de insegurança. Portanto, quanto mais o Estado se afasta do modelo absolutista descrito por Hobbes, ampliando seus princípios democráticos, mais arriscado torna-se falsear a exigência de assegurar a proteção de seus membros de forma completa, colocando em risco e em contradição os princípios do Estado de Direito (Castel, 2005, p. 27).

Sabendo que, segundo Guimarães (2003), o termo “segurança pública” sugere estabilidade, do mesmo modo que para Souza (2009, p. 30), “Segurança pública é qualidade ou o estado do que é seguro. [...] e seguro é o que está livre [...] protegido ou acautelado do perigo [...] corresponde ao estado de ordem, de ausência de perigo [...]”, percebe-se que segurança deveria ser entendida ao mesmo tempo como “[...] um bem individual e coletivo, tal como a sociedade pertence a todos e a cada um”.

De acordo com Vicente Ráo (1997), será por meio das instituições policiais e demais órgãos auxiliares, que o Estado se posicionará, valendo-se de ações protetivas e coercivas para regulamentar relações sociais, ou seja, a postura adotada tende a subentender que para manter a ordem pública, o Estado intervirá em algumas situações, se necessário, agindo proporcionalmente. Dito isso, é possível perceber algumas contradições. Embora a CF, em seu artigo 5º, efetive a segurança como direito fundamental ao cidadão, portanto, enquanto direito, deve ser universalizada e prestada a todos, ao mesmo tempo prevê também as sanções, o que gera contradições dentro daquilo que o Estado de Direito propõe em relação às garantias e proteção, que são destinadas ao cidadão, mas será que todos se enquadram no conceito de cidadão e, mais, quem seria o não-cidadão? É ao cidadão que a segurança e a proteção do policiamento são destinadas, tanto na esfera patrimonial quanto pessoal, assim:

Um estado democrático não pode ser protetor a qualquer preço, porque este preço seria aquele que Hobbes calculou: o absolutismo do poder de Estado. A existência de princípios constitucionais, a institucionalização da separação dos poderes, o cuidado de respeitar o direito no uso da força, inclusive da força pública, colocam outros tantos limites ao exercício de um poder absoluto e criam, indireta, mas necessariamente, as condições de uma certa insegurança (Castel, 2005, p. 23).

Pensando nisso, questiona-se qual é a missão da Polícia Militar no Estado de Direito. A resposta parece até bem direta e simples, mas na prática, depara-se com muitas variáveis. De



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLICIAL MILITAR: IDENTIDADE, FUNÇÃO E RESPONSABILIDADES
Luiz Ricardo Alves Ferreira Batista

qualquer modo, no que diz respeito ao segundo parágrafo do artigo 5º da CF, em tese a “[...] A missão basilar da [...] Corporação é garantir ao cidadão o exercício dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal e nos instrumentos internacionais, relacionados aos Direitos Humanos, subscritos pelo Brasil”, assim, na “[...] realidade as organizações policiais devem exercitar, através do poder legal que lhes compete, a garantia do efetivo cumprimento das normas e respeito ao estado democrático” (Andrade, 2008, p. 44). Na prática, isso exige muito do agente, pois tal:

[...] atividade, exercida mediante a execução do policiamento ostensivo, está a exigir, cada vez mais, preparo e competência das Organizações Policiais Militares, que devem se afastar da corrupção, do arbítrio, da violência e prepotência, do abuso ou excesso de poder, em respeito à lei, que deve ser rigorosamente observada e cumprida por todos, em respeito ao Estado Democrático de Direito, que norteia a sociedade (Andrade, 2008, p. 44, grifo nosso).

Vale lembrar, que as instituições são subordinadas ao Estado de Direito, que é soberano, e justamente por isso devem cumprir aquilo que lhe é determinado, cabendo à PM manter a ordem pública observando as diretrizes institucionais, atuando e cumprindo seu dever, alinhando-se à legislação em vigor.

É esta a Corporação policial-militar que se observa em nossos dias, fiel aos ditames da Carta Magna da Nação e da legislação federal que definem, de maneira clara e precisa o seu campo de atuação, estando sempre vigilante e pronta, a toda hora, para acionar o policiamento ostensivo normal, urbano e rural, bem como, preparada também para, em qualquer circunstância, reprimir a subversão da ordem ou ameaça de sua erupção (Moraes, 2008, p. 29).

Em relação aos Órgãos responsáveis pela segurança pública no Brasil e suas atribuições, o Caput do Artigo 144, da CF (Brasil, 1988) estabelece que a segurança pública é “[...] dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: [...] polícia federal; polícia rodoviária federal; polícia ferroviária federal; polícias civis; polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Portanto, instituídos constitucionalmente, esses órgãos funcionam como extensões do próprio Estado de Direito, como mecanismos voltados à manutenção da ordem democrática. E de que modo? Contendo e coibindo irregularidades comportamentais sociais que contrariem o Estado Democrático de Direito. Essa determinação, acaba por gerar entre a polícia e a sociedade certo atrito, pois, enquanto para alguns a Corporação Militar é sinônimo de segurança, para outros simboliza fiscalização em detrimento sua liberdade, coerção, abuso de autoridade, espionagem a favor do Governo.

Faz-se conveniente observar, então, que as práticas ilegais e autoritárias que se acumulam ao longo da história da Corporação Militar a ela são atribuídas como um todo e não apenas àqueles(as) agentes que de fato fugiram ao seu dever. Assim, a instituição que deveria zelar pela segurança, não raramente, é envolvida em debates polêmicos, em situações ultrajantes de



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLICIAL MILITAR: IDENTIDADE, FUNÇÃO E RESPONSABILIDADES
Luiz Ricardo Alves Ferreira Batista

corrupção, de desvios comportamentais e de abuso autoritário, e embora não tenha sido de fato toda a corporação a praticar transgressões, a ela recai uma fama de corrupta e abusiva, bem como toda a responsabilidade do caos social. Obviamente que dela se espera ações imediatas, mas legitimar a paz, a segurança, a ordem e a harmonia social não é um dever exclusivo da polícia:

A questão da criminalidade policial só poderá ser controlada quando o modelo teórico de intervenção penal for radicalmente modificado, acabando com a possibilidade do predomínio das demandas ilícitas nas ações policiais. E isto não se restringe à polícia. Deve atingir também a sociedade como um todo, através de um profundo e paciente trabalho educativo no campo da cidadania e dos direitos humanos, visando sensibilizar toda a população - e os próprios agentes policiais - para que suas demandas à polícia sejam legítimas e que rechacem de forma contundente as demandas por ações ilícitas. Deve interessar a toda sociedade que a polícia seja civilizada, honesta, realmente cumpra o seu papel constitucional de proteção e segurança, prestando serviços públicos e garantindo os direitos fundamentais e o pleno exercício da cidadania (Dornelles, 2008, p. 81-82).

De acordo com autor supracitado, “[...] existem diferenças significativas tanto na prática da polícia quanto nas respostas das autoridades, dependendo da cidade, do Estado ou da região do país e [...] da força política pública de segurança.” (Dornelles, 2008, p. 77), de modo que as ações das corporações militares atendem à demanda de suas respectivas regiões de atuação. Talvez a isso se deva o índice de violência da polícia em relação à classe social, raça e preconceito aos menos favorecidos relatados e denunciados nas mídias em geral. Mas, paralelamente aos noticiários, é preciso observar também que esses índices partem de uma realidade economicamente desigual, por isso, ainda que toda a sociedade esteja exposta à violência, ela “[...] não atinge a todos de forma igual, uma vez que os espaços da cidade são repartidos de forma que os ricos ficam nas áreas consideradas nobres, enquanto os pobres são, [...] impelidos a morarem nos subúrbios [...] onde impera o estereótipo de que lá é o local de marginais” (Queiroz, 2005, p. 07). No entanto, não se quer com isso, alegar que a pobreza é que gera violência:

[...] Algumas das cidades mais linearmente pobres têm índices de violência inferiores aos de ricas megalópoles. Os pobres de maneira geral são pacíficos, honestos e trabalhadores. Dir-se-ia até que são heroicos em sua resistência moral, que são melhores pagadores de suas dívidas, respeitadores de normas, cordatos no trato do dia-a-dia. [...] obviamente que há entre eles criminosos, como há em todo o lugar social. Certamente pelo imenso contingente populacional de pobres em um país como o Brasil, a presença de delinquentes nessa classe é superior (Bessler, 2006, p. 10, grifo nosso).

As estatísticas comprovam que o taxa de mortalidade de jovens envolvidos com a criminalidade é crescente. No entanto, não pode ser atribuída somente às ações militares, visto que muitos morrem por ordens de milícias, confronto com seus pares. E, embora o Estado de Direito deva constitucionalmente garantir a todas as condições mínimas de vida, dignidade e segurança, ele falha. E ao falhar, tenta remediar o caos com ações de proteção, mas que para proteger alguns, precisam coibir ou punir outros sobre a égide da justiça. A quem cabe essa missão? À segurança pública e, muitas vezes, no exercício de sua função, o(a) agente acaba exposto(a) à extrema brutalidade, agindo em defesa da própria vida, sofrendo processos e sanções internas e externas à Corporação.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLICIAL MILITAR: IDENTIDADE, FUNÇÃO E RESPONSABILIDADES
Luiz Ricardo Alves Ferreira Batista

Ainda que a serviço do que determina o Estado Democrático de Direito, toda a atribuição da ação fica sobre os ombros da Corporação e toda punição, sobre os ombros do(a) agente: funcionário(a) público, concursado(a) e que, salvo episódios de repúdio, apenas cumpriu o que lhe foi determinado pelo Estado, diretamente ou na figura de seu superior. Mas, então esse profissional não pensa e nem age por si? Pensa e justamente por isso conhece a legislação e entende que o Estado é legitimamente soberano, que qualquer ato de desobediência acarretaria consequências indesejáveis a qualquer trabalhador(a), ou como a lei define, cidadão(ã). Fatos melhor aprofundados na próxima seção.

Contudo, existe sim certo interesse dos governantes em aproximar sociedade e agentes de segurança pública em geral, na tentativa de reverter essa visão negativa que já é histórica e repassada culturalmente entre as gerações, o que se comprova facilmente observando adultos coibindo a criança por meio da figura militar, inserindo no imaginário infantil medo e insegurança diante de policiais, quando na verdade deveriam fazer valer sua autoridade de pais ou responsáveis para ensinar o(a) menor a distinguir o certo do errado. É perceptível que “[...] o policial se caracteriza por ser ao mesmo tempo produtor e consumidor de segurança. Da mesma forma, ele também, simultaneamente, garante os direitos dos cidadãos e é um cidadão que espera usufruir esses mesmos direitos.” (CANO, 2013, p. 598), além disso, em prol ao combate à falta de reconhecimento social aos(às) policiais “[...] caberia investir num marketing [...] que não deve esconder as denúncias cotidianas de corrupção, mas contribuir para que o policial se sinta prestigiado e tenha a população a seu lado, oferecendo-lhe reconhecimento pelo eminente e indelegável serviço que presta” (Minayo, 2013, p. 619).

Portanto, o empenho governamental deve reforçar a imagem positiva do(a) policial junto à sociedade, mas embora perceba-se uma tentativa de melhoramento das estruturas e formação que atenda aos preceitos democráticos ilustrados na Constituição, até o momento, os resultados são tímidos. Sobre a atuação policial em si, é importante perceber as funções, as competências dessas autoridades e também as exigências sofridas:

[...] o próprio Estado de direito impõe a separação entre funções e competências. Do princípio constitucional da legalidade (juricidade) e do seu subprincípio da reserva de lei resulta que qualquer ingerência na esfera jurídica do particular necessita de uma base legal suficientemente determinada. Na falta desta suficiente determinação, teremos de concluir que na norma de atribuição de funções apenas poderão apoiar-se diretamente aquelas medidas que não representam ingerência na esfera jurídica do particular. É o que se verifica com medidas policiais como a vigilância e orientação do trânsito, as rondas policiais, as medidas de esclarecimento e aconselhamento das populações (Souza, 2009, p. 20).

Além disso, o autor supracitado evidencia ainda que embora distintas, funções e competências estão intimamente relacionadas, pois as normas da função militar limitam as competências. Assim, as discussões expostas até aqui permitem uma análise, ainda que breve, acerca da função social desempenhada pela polícia nas regiões brasileiras e em qual proporção isso se deve ao modo de como os Estados e o próprio país tem lidado com a manutenção e garantia dos



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLICIAL MILITAR: IDENTIDADE, FUNÇÃO E RESPONSABILIDADES
Luiz Ricardo Alves Ferreira Batista

direitos e fundamentos defendidos pela Constituição. Dito de outra forma, todo investimento econômico, estrutural, formativo, clínico às Corporações Militares são indicativos desse empenho que os governantes têm ou deveriam ter para com os direitos sociais, já que a eles recai a maior responsabilidade em nutrir e assegurar a ordem social na mesma medida que a eles cabe a função de reprimir, por meio da Segurança Pública, comportamentos desalinhados ao Estado de Direito. Pensamento que permite inferir que a medida em que todos tenham acesso ao que a Constituição determina, menos a coerção e a punição serão necessárias, trata-se de uma lógica proporcional.

4 CONSIDERAÇÕES

Ao concluir este estudo sobre o papel do(a) policial militar na segurança pública brasileira, é imperativo retomar os objetivos traçados e a indagação central que nortearam nossas reflexões. Assim, o estudo teve como propósito principal analisar a função e a identidade do policial militar, explorando seus direitos e deveres. Inicialmente, buscamos compreender a natureza multifacetada de sua atuação, indo além do enfrentamento direto de situações de risco, incorporando uma dimensão preventiva e comunitária.

Os direitos e deveres do(a) policial militar, fundamentados em normativas legais e institucionais, revelam desafios éticos e legais intrincados. O delicado equilíbrio entre a preservação da ordem e o respeito aos direitos individuais é uma preocupação constante, demandando melhorias contínuas nas práticas profissionais e na legislação.

A indagação que guiou nossas reflexões permanece relevante: como as funções exercidas pelos(as) policiais militares impactam a eficácia da segurança pública, e de que forma os direitos e deveres inerentes a esses agentes estão alinhados com as expectativas éticas e legais da sociedade contemporânea? Em resposta, a análise permitiu-nos observar que a interação entre as funções desempenhadas pelos(as) policiais militares e a eficácia da segurança pública é complexa e central para a compreensão do papel desses profissionais na sociedade contemporânea. A eficácia da segurança pública depende não apenas da capacidade de resposta a situações de risco, mas também da integração de abordagens preventivas e comunitárias. Nesse contexto, os(as) policiais militares desempenham um papel multifacetado que vai além do enfrentamento direto de ameaças, abrangendo a promoção da ordem social e o engajamento com as comunidades.

Logo, ao analisar os direitos e deveres inerentes aos(às) policiais militares, torna-se evidente a complexidade ética e legal que envolve sua atuação. O equilíbrio entre a preservação da ordem pública e o respeito aos direitos individuais é um desafio constante. A legislação e as normativas institucionais delineiam parâmetros para a conduta desses agentes, mas a aplicação desses princípios na prática muitas vezes enfrenta dilemas éticos.

Assim, é crucial que os direitos dos(as) cidadãos(ãs) sejam protegidos, mesmo em situações de intervenção policial. Os(As) policiais militares, como agentes do Estado, têm a responsabilidade de agir em conformidade com os princípios democráticos e os direitos fundamentais. Essa



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLICIAL MILITAR: IDENTIDADE, FUNÇÃO E RESPONSABILIDADES
Luiz Ricardo Alves Ferreira Batista

responsabilidade inclui o combate à corrupção, ao arbítrio, à violência e ao abuso de poder, conforme estabelecido pela lei.

Contudo, a relação entre a sociedade contemporânea e os(as) policiais militares muitas vezes é permeada por desconfiança e visões estereotipadas. A reputação da corporação pode ser afetada por casos de corrupção, desvios comportamentais e abuso autoritário, mesmo que tais ações sejam praticadas por uma minoria dos(as) agentes. Isso destaca a necessidade de uma abordagem mais abrangente que não apenas responsabilize os(as) agentes individualmente, mas também promova uma transformação cultural e institucional.

Portanto, em última análise, a reflexão sobre como as funções, direitos e deveres dos(as) policiais militares se entrelaçam na sociedade contemporânea é essencial para construir um sistema de segurança pública mais eficaz, ético e alinhado com as expectativas da comunidade. O desafio persiste em equilibrar a preservação da ordem com o respeito irrestrito aos direitos individuais, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais segura e justa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luiz Carlos. **Os programas sociais da PMPR e a violência na Escola Municipal Vereador André Naldony**. 2008. 115f. Monografia (Especialização) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Curso de Especialização Estratégias em Segurança Pública, Curitiba, 2008 Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/64836/LUIZ%20CARLOS%20DE%20ANDRAD E.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 out. 2023.

BESSLER, Sérgio Luiz. **A PMPR e a SENASP**. [S. l.: s. n.], 2006. 111f. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/61077/SERGIO%20LUIZ%20BESSLER.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 nov. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado, 1988.

BURATO, J. A. Polícia Militar: O problema não é o despreparo. **Caros Amigos**, 10 out. 2013. Disponível em: <http://www.carosamigos.com.br/index.php/artigos-e-debates/3612-policia-militar-oproblema-nao-e-o-despreparo>. Acesso em: 01 nov. 2023.

CANO, Ignácio. Uma polícia para o século XXI: comentário sobre o artigo de Minayo e Adorno. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 596-598, Mar. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232013000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 nov. 2023.

CASTEL, Robert. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Tradução de Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2005.

DORNELLES, João Ricardo W. **Conflito e segurança: entre pombos e falcões**. 2. ed. São Paulo: Lumen Júris, 2008.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção de identidades sociais e profissionais**. Porto, PT: Porto, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

POLICIAL MILITAR: IDENTIDADE, FUNÇÃO E RESPONSABILIDADES
 Luiz Ricardo Alves Ferreira Batista

GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. **Dicionário técnico jurídico**. 5. ed. São Paulo: Rideel, 2003.

KRASINSKI, Karin Denise. **Gestão de competências para cargos policiais-militares**. [S. l.: s. n.], 2005. 103f. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/58615>. Acesso em: 01 nov. 2023.

LAZARINI, Álvaro. **Estudos de Direito Administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2013.

MORAES, Cesar Alexandre Pereira. **A imagem do policiamento comunitário do 19. BPM frente a sociedade de Toledo-PR**. 2008. 99f. Monografia (Especialização) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/64118/CESAR%20ALEXANDRE%20PEREIRA%20DE%20MORAES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 20 out. 2023.

PINTO, Ricardo J. V. de M. **Trabalho e identidade: o eu faço construindo o eu sou**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. Brasília – DF: UnB, 2000.

PONCIONI, Paula. **Tornar-se policial: a construção da identidade profissional do policial no Estado do Rio de Janeiro**. 2003. Tese (Doutorado) - apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

QUEIROZ, Jair Matias. **Atividade de inteligência no 2º Batalhão da Polícia Militar do Ceará: instrumento de apoio as políticas voltadas à segurança pública**. 2005. 52f. Monografia (Especialização) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/58599/Jair%20Matias%20Queiroz.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 out. 2023.

RÃO, Vicente. **O direito e a vida dos direitos**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

SAMPAIO, José Nogueira. **Fundação da Polícia Militar de São Paulo: subsídios históricos**. 2. ed. São Paulo: Rumo Gráfica, 1981.

SANTOS, Emerson Clayton Rosa. **Conceito de segurança pública**. [S. l.: s. n.], 2006. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos2/seguranca-publica/seguranca-publica.shtml>. Acesso em 26 nov. 2023.

SANTOS, Luis do Nascimento. Religião e Militarismo: uma análise histórica da presença do cristianismo nas fileiras da Polícia Militar Do Paraná. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 9, p. e494014, 2023. DOI: 10.47820/recima21.v4i9.4014. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/4014>. Acesso em: 10 out. 2023.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 11. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SILVA, Jefferson; PAULO, Fabio Jose Cruz de. A gestão do efetivo policial militar indisponível para a atividade fim. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 3, n. 7, p. e371716, 2022. DOI: 10.47820/recima21.v3i7.1716. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/1716>. Acesso em: 21 ago. 2023.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

POLICIAL MILITAR: IDENTIDADE, FUNÇÃO E RESPONSABILIDADES
Luiz Ricardo Alves Ferreira Batista

SILVA, João Marcos Dutra da; CESCHIN, Moisés. Reflexões sobre s Corrupção na Atividade Policial Militar. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 10, p. e4104186, 2023.
DOI: 10.47820/recima21.v4i10.4186. Disponível em:
<https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/4186>. Acesso em: 01 nov. 2023.

SOUZA, António Francisco de. **A polícia no estado de direito**. São Paulo: Saraiva, 2009.